

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2013

(Do Sr. Francisco Praciano)

Solicita ao Exmº Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de “Rio Preto da Eva” na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V e parágrafos 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, o presente **pedido de informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de “Rio Preto da Eva” na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003.**

Ainda com relação às irregularidades cometidas pela administração municipal do município de Rio Preto da Eva/AM (todas relacionadas nas tabelas que seguem em anexo a este Requerimento), pedimos, em especial, que nos seja informado se:

- a) as irregularidades então especificadas se encontram, presentemente, sanadas;
- b) as irregularidades então especificadas motivaram tomadas de contas especiais;
- c) as irregularidades então especificadas foram levadas a conhecimento do Ministério Público Federal ou dos órgãos de defesa do Estado, para que esses pudessem atuar no âmbito de suas competências.

Além das informações acima mencionadas, solicitamos, também, que nos seja informado se outras irregularidades na aplicação de recursos para a educação foram detectadas pelo Ministério da Educação fora dos anos das fiscalizações realizadas pela CGU no referido município.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, realizado anualmente pela Controladoria-Geral da União (CGU) para inibir a corrupção entre gestores de qualquer esfera da administração pública, sorteou no Estado do Amazonas, no ano de 2003, o município de Rio Preto da Eva.

Após os exames de contas e documentos, as inspeções pessoal e física das obras e serviços em realização à época da inspeção e os contatos com a população (diretamente ou através dos conselhos comunitários e outras entidades organizadas), os auditores da CGU encarregados da fiscalização no referido município produziram o Relatório que, presentemente, encontra-se publicado na página do órgão na internet.

Nesse município, foram encontradas, no total, 6 (seis) irregularidades na execução de quatro ações relacionadas à área da educação, sendo que o Relatório produzido pela CGU não informa os valores dos recursos, atinentes a essas ações, que foram fiscalizados, à exceção de R\$ 26.372,18 (vinte e seis

mil, trezentos e setenta e dois reais e dezoito centavos) relacionados à Ação “Dinheiro Direto na Escola”.

As irregularidades apontadas pela fiscalização da CGU, embora poucas, comprometem gravemente a qualidade da educação e o desenvolvimento escolar dos alunos no município em questão, razão de sobra para que o ora Requerente, na qualidade de deputado federal eleito pelo Estado do Amazonas, venha a ter conhecimento das providências tomadas, até o presente momento, pelo Ministério da Educação.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2013.

Francisco Praciano
Deputado Federal (PT/AM)

ANEXO ÚNICO

TABELAS DE 1 A 4 REFERENTES ÀS IRREGULARIDADES DETECTADAS NO MUNICÍPIO DE “RIO PRETO DA EVA”

TABELA 1

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
<p>PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO ou PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Ação: Apoio à alimentação escolar na Educação Básica Rio Preto da Eva, 2003. Recursos totais não informados.</p>	<p>1) Indícios de falta alimentação escolar ou atraso na sua entrega (Rio Preto da Eva – 2003); Rio Preto da Eva. Falta de distribuição de merenda escolar por mais de 20 dias no exercício de 2002 e não distribuição no exercício de 2003. Na Merenda Escolar, foi detectado que no exercício de 2002 nas escolas visitadas, houve falta de merenda por mais de 20 dias e, no exercício corrente, os recursos somente chegaram ao município em final de março. Sobre as despesas realizadas em 2002, para aquisição dos gêneros alimentícios, constatou-se que aproximadamente 50% dos recursos foram gastos com a Panificadora e Confeitaria Casa do Pão, de propriedade do Senhor Reinaldo da Silva Farah, irmão da Senhora Secretária de Educação e Cultura Senhora Raimunda da Silva Farah.</p> <p>2) Não atuação do Conselho do PNAE nos assuntos afetos a sua competência / CAE inoperante (Rio Preto da Eva – 2003).</p>

TABELA 2

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
<p>PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO Ou PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL Ou PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR Ação: Apoio ao transporte escolar na Educação Básica ou Apoio ao transporte escolar para a Educação Básica - Caminho da escola Rio Preto da Eva, 2003. Recursos totais não informados.</p>	<p>1) Desvio de finalidade na utilização dos veículos (Rio Preto da Eva - 2003) <u>Rio Preto da Eva, 2003.</u> No Programa Nacional de Transporte Escolar identificou-se que o veículo adquirido vem sendo utilizado para transporte de universitários à capital, além disto, é utilizado para o transporte do ensino infantil e pré-escolar, bem como para serviços administrativos da Prefeitura (OS 120770).</p>

TABELA 3

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO ou	1) Recursos repassados às escolas em quantidade inferior ao programado (Rio Preto da Eva – 2003)

<p>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL</p> <p>Ação: Dinheiro direto na escola para a Educação Básica</p> <p>Rio Preto da Eva, 2003.</p> <p>Recursos: R\$ 26.372,18</p>	
--	--

TABELA 4

PROGRAMAS E AÇÕES	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS
<p>PROGRAMA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS – BOLSA ESCOLA</p> <p>Rio Preto da Eva, 2003.</p> <p>Valores totais não informados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1) Famílias que possuem rendimento acima do mínimo exigido para ser beneficiário do programa recebem os valores (Rio Preto da Eva - 2003). 2) Ineficiência do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima (Rio Preto da Eva - 2003)